

Demonstrações contábeis

Ijuí Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ijuí Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização referentes a períodos anteriores, os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial elaborado em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Adicionalmente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), a Companhia, para manter comparabilidade em relação aos dados correspondentes, ajustou os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial elaborado em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), apresentados para fins de comparação. Desta forma, considerando que o exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de fevereiro de 2019, como parte de nossos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.6 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2018 tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a faint, circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Ijuí Energia S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			Reapresentado	Reapresentado
Ativo				
Circulante		71.177	47.519	48.834
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.700	27.740	28.678
Investimentos de curto prazo	5	30.556	8.242	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	9.363
Contas a receber de clientes	7	9.154	10.086	8.792
Despesas pagas antecipadamente	8	390	1.346	1.961
Tributos e contribuições sociais a compensar	9	16	16	16
Outros ativos		361	89	24
Não circulante		388.972	394.368	391.091
Títulos e valores mobiliários	6	6.175	7.088	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	9	5.618	5.618	5.618
Depósitos judiciais	10	4.589	4.325	2.083
Outros ativos		385	848	265
Imobilizado	11	370.975	375.161	380.727
Intangível	12	1.230	1.328	1.419
Total do ativo		460.149	441.887	439.925
Passivo				
Circulante		36.371	29.352	30.898
Fornecedores	13	1.963	796	1.535
Empréstimos e financiamentos	14	15.167	13.661	13.656
Arrendamentos	22.1	57	82	-
Salários e férias a pagar		598	431	309
Tributos e contribuições sociais a recolher	15	1.933	2.030	1.756
Dividendos declarados	22.1	10.245	5.274	10.683
Uso do bem público	12	329	332	303
Provisões para gastos ambientais	16	706	725	745
Provisões passivo pre-operacional	17	4.169	4.169	-
Encargos setoriais		1.197	1.852	1.911
Outros passivos		7	-	-
Não circulante		88.067	92.787	105.141
Empréstimos e financiamentos	14	85.304	89.778	102.763
Arrendamentos	22.1	165	232	-
Uso do bem público	12	2.570	2.682	2.378
Provisões para contingências	17	28	95	-
Patrimônio líquido	18	335.711	319.748	303.886
Capital social		298.936	298.936	298.936
Reservas de lucros		36.775	20.812	4.950
Total do passivo e do patrimônio líquido		460.149	441.887	439.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
			Reapresentado
Receita operacional líquida	19	61.585	63.411
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(11.862)	(12.886)
Compra de energia elétrica		(4.481)	(3.069)
Depreciação e amortização		(12.285)	(12.268)
Utilização do bem público - UBP		(67)	(72)
	20	(28.695)	(28.295)
Lucro bruto		32.890	35.116
(Despesas) Receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(857)	(873)
Depreciação e amortização		(89)	(110)
Pessoal		(1.440)	(1.546)
Honorários da diretoria e conselho de administração	22.3	(57)	(192)
Outras receitas		229	35
	20	(2.214)	(2.686)
Lucro antes do resultado financeiro		30.676	32.430
Despesas financeiras	21	(8.461)	(10.606)
Receitas financeiras	21	1.276	2.029
		(7.185)	(8.577)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.491	23.853
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(2.557)	(2.717)
Lucro líquido do exercício		20.934	21.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	20.934	21.136
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	20.934	21.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	
Saldos em 1 de janeiro de 2019 (reapresentado)	298.936	1.301	3.649	-	303.886
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.136	21.136
Reserva Legal	-	1.110	-	(1.110)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.274)	(5.274)
Transferência para reserva de lucros	-	-	14.752	(14.752)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	298.936	2.411	18.401	-	319.748
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.934	20.934
Reserva Legal	-	1.047	-	(1.047)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.971)	(4.971)
Transferência para reserva de lucros	-	-	14.916	(14.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.936	3.458	33.317	-	335.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
			Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		23.491	23.853
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	11 e 12	12.441	12.450
Repactuação do risco hidrológico	8	979	1.959
Encargos de dívidas	14	7.958	10.023
Encargos de dívidas arrendamentos		23	31
Outras variações monetárias líquidas		-	479
Receita de aplicações financeiras		(446)	(394)
Descontos financeiros obtidos		(1)	-
Provisões para contingências		(67)	95
		44.378	48.496
Redução (aumento) no ativo			
Contas a receber de clientes		932	(1.294)
Tributos e contribuições sociais a compensar		-	(378)
Depositos judiciais		(264)	(4.161)
Outros ativos circulantes e não circulante		178	(1.011)
		846	(6.844)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		1.181	(739)
Encargos setoriais		(655)	109
Salários, férias e encargos sociais		(23)	122
Tributos e contribuições sociais a recolher		(326)	203
Provisões para gastos ambientais		(19)	(20)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(131)	(314)
		27	(639)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(2.138)	(2.235)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		43.113	38.778
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		1.167	3.156
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(102)	(520)
Resgates em investimento de curto prazo		105	76
Aplicações em investimento de curto prazo		(22.125)	(8.318)
Adições no imobilizado	11	(8.173)	(304)
Adições no intangível	12	(2)	(12)
		(29.130)	(5.922)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(29.130)	(5.922)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de dividendos		-	(10.684)
Amortização de principal arrendamentos		(74)	(75)
Amortização de juros de arrendamentos		(23)	(32)
Amortização de principal do financiamento	14.b	(4.020)	(13.293)
Amortização de juros do financiamento	14.b	(6.906)	(9.710)
		(11.023)	(33.794)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(11.023)	(33.794)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		2.960	(938)
Demonstração do aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do exercício	4	27.740	28.678
Saldo no final do exercício	4	30.700	27.740
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		2.960	(938)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Ijuí Energia S/A (“Companhia” ou “Ijuí”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico”, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW, sem previsão atual na legislação de prorrogação.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Impactos do COVID 19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação. Este Comitê tem acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: suspensão de viagens; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser

realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios e centro de operação; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercício de 2020 e, até o momento, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que cria a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta irá receber recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de déficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, fica garantida a manutenção do fluxo de recursos para as geradoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

De forma a garantir o capital de giro, a Companhia, com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas serão pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.

Adicionalmente, no início de maio de 2020, a Companhia assinou aditivo ao seu respectivo contrato de financiamento junto ao BNDES, com o objetivo de suspender por 6 meses, de 15 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2020 os pagamentos dos valores de principal e juros de seus financiamentos. Esse aditivo visa o aumento do capital de giro da Companhia e foi concedido pelo BNDES para combate aos impactos da pandemia de Covid-19 no país.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 01 de março de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolve estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Nota 17 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2020

As seguintes normas alteradas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00);
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 (R1));

- Definição de materialidade (alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23);
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48); e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. (alterações ao CPC 06 (R2)).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis.

2.6 Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia está ajustando e reapresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em função do reconhecimento de depreciação e amortização referentes a exercícios anteriores. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos em relação aos valores anteriormente apresentados:

	Patrimônio Líquido		Resultado
	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
Saldos originalmente apresentados	328.943	312.014	22.203
(i) Complemento de depreciação e amortização acumulada	(9.195)	(8.128)	(1.067)
Saldos reapresentados	<u>319.748</u>	<u>303.886</u>	<u>21.136</u>

	31/12/2019			01/01/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante	47.519	-	47.519	48.834	-	48.834
Não circulante	403.563	(9.195)	394.368	399.219	(8.128)	391.091
Outros ativos	17.879	-	17.879	7.966	-	7.966
Imobilizado	(i) 384.280	(9.119)	375.161	388.797	(8.070)	380.727
Intangível	(i) 1.404	(76)	1.328	1.477	(58)	1.419
Total do ativo	451.082	(9.195)	441.887	448.053	(8.128)	439.925
Passivo						
Circulante	29.352	-	29.352	30.898	-	30.898
Não circulante	92.787	-	92.787	105.141	-	105.141
Patrimônio líquido	328.943	(9.195)	319.748	312.014	(8.128)	303.886
Capital social	298.936	-	298.936	298.936	-	298.936
Reservas de lucros	(i) 30.007	(9.195)	20.812	13.078	(8.128)	4.950
Total do passivo e do patrimônio líquido	451.082	(9.195)	441.887	448.053	(8.128)	439.925

	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	63.411	-	63.411
Custos operacionais			
Outros Custos operacionais	(16.027)	-	(16.027)
Depreciação e amortização	(11.201)	(1.067)	(12.268)
	(27.228)	(1.067)	(28.295)
Lucro bruto	36.183	(1.067)	35.116
Despesas operacionais	(2.686)	-	(2.686)
Lucro antes do resultado financeiro	33.497	(1.067)	32.430
Resultado financeiro	(8.577)	-	(8.577)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.920	(1.067)	23.853
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.717)	-	(2.717)
Lucro líquido do período	22.203	(1.067)	21.136

	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	24.920	(1.067)	23.853
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	11.383	1.067	12.450
Outros	12.193	-	12.193
	48.496	-	48.496
Redução (aumento) no ativo	(6.844)	-	(6.844)
Aumento (redução) no passivo	(639)	-	(639)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	(2.235)	-	(2.235)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	38.778	-	38.778
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos	(5.922)	-	(5.922)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(33.794)	-	(33.794)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(938)	-	(938)
Demonstração do aumento líquido no caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do período	28.678	-	28.678
Saldo no final do período	27.740	-	27.740
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(938)	-	(938)

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, VJORA ou VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR ou derivativos designados como instrumentos de hedge. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (06 de novembro de 2009), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.6 Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

-Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e

-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos da receita de geração de energia, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.9 Receita

Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 100% da

garantia física, equivalente a 30,4 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2020 é de R\$ 241,14 MH/h (R\$ 237,64 em 2019), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Re mune ração	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa:			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	24	5
Aplicações financeiras automáticas	Até 20,00 % do CDI	1.972	3.469
Certificados de depósitos bancários	92,58% do CDI	28.700	24.262
		30.700	27.740

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	Re mune ração	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos de curto prazo			
Fundo de Investimento - FI Energia	90,83% do CDI	8.417	8.242
Fundo de Investimento - STA Energia	153,45% do CDI	22.139	-
		30.556	8.242

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia e Fundo de Investimento STA Energia, mensuradas ao valor justo por

meio do resultado, e são remunerados em média por 90,83% e 153,45% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (99,64% em 31 de dezembro de 2019).

6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
BNDDES	115,10% do CDI	6.175	7.088
		6.175	7.088

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEE, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Suprimento de energia elétrica	7.469	7.281
Liquidação positiva CCEE	1.685	2.805
	9.154	10.086

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	390	367
Prêmio de seguros - risco hidrológico	-	979
	390	1.346

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100. Em 07 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE São José.

O registro inicial (R\$ 8.817 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 4 anos e 6 meses contados a partir de janeiro de 2016.

Entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020 ocorreu mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada.

9 Tributos e contribuições sociais a compensar

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo circulante</u>		
Outros	16	16
	16	16
<u>Ativo não circulante</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.187	3.187
Programa de Integração Social - PIS	439	439
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.992	1.992
	5.618	5.618

10 Depósitos judiciais

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Natureza dos depósitos judiciais</u>		
Trabalhistas	10	-
Cíveis	4.579	4.325
	4.589	4.325

11 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2020

Taxa média anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Transferências	31/12/2019	Adições	Transferências	Outros	31/12/2020
	Reapresentado			Reapresentado				
Em serviço								
Terrenos	-	28.844	-	28.844	-	-	-	28.844
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	199.362	17	199.379	-	1.742	-	201.121
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	10.883	-	10.883	-	24.468	-	35.351
Máquinas e Equipamentos	3%	205.504	275	205.779	268	14.461	-	220.508
Veículos	14%	70	-	82	-	-	-	82
Móveis e Utensílios	5%	87	2	77	-	-	-	77
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	-	389	389	-	-	(18)	371
Em curso		30.927	4.179	37.025	7.905	(40.662)	-	4.268
Total do custo do imobilizado		475.677	4.862	482.458	8.173	9	(18)	490.622
Depreciação								
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(35.095)	(4.486)	(39.581)	(4.487)	-	-	(44.068)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(6.988)	(902)	(7.890)	(902)	-	-	(8.792)
Máquinas e Equipamentos		(52.791)	(6.856)	(59.647)	(6.868)	-	-	(66.515)
Veículos		(49)	(12)	(61)	(10)	-	-	(71)
Móveis e Utensílios		(27)	(5)	(32)	(5)	-	-	(37)
Direito de Uso sobre Arrendamento		-	(86)	(86)	(78)	-	-	(164)
Total da depreciação		(94.950)	(12.347)	(107.297)	(12.350)	-	-	(119.647)
Total do imobilizado líquido		380.727	(7.485)	375.161	(4.177)	9	(18)	370.975

Imobilizado em curso: referem-se substancialmente a investimentos em materiais, equipamentos e serviços vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da UHE Ijuí. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica.

Em 2019 a Companhia transferiu o saldo de R\$ 1.919 referentes a desapropriações para o ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2018	Adições	31/12/2019	Adições	Transferência do Imobilizado	31/12/2020
		Reapresentado		Reapresentado			
Em serviço							
Servidão	-	276	-	276	-	-	276
Software	20%	131	12	143	2	93	238
Outros intangíveis	6%	102	-	102	-	(102)	-
Uso do bem público - UBP	3%	1.986	-	1.986	-	-	1.986
Total do custo do intangível		2.495	12	2.507	2	(9)	2.500
Amortização							
Software		(73)	(25)	(98)	(24)	-	(122)
Outros intangíveis		(88)	(13)	(101)	-	-	(101)
Uso do bem público - UBP		(915)	(65)	(980)	(67)	-	(1.047)
Total da amortização		(1.076)	(103)	(1.179)	(91)	-	(1.270)
Total do intangível líquido		1.419	(91)	1.328	(89)	(9)	1.230

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, ao valor estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Passivo relacionado ao Uso do bem público

	31/12/2018	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	31/12/2019	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	31/12/2020
Passivo circulante	303	-	(314)	343	332	-	(325)	322	329
Passivo não circulante	2.378	647	-	(343)	2.682	210	-	(322)	2.570
Total	2.681				3.014				2.899

Em relação a obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, pelo qual a companhia recolherá as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 35º ano da concessão.

13 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços	759	476
Retenção contratual	330	320
Liquidação negativa CCEE	178	-
Compra de energia	696	-
	1.963	796

14 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	15/09/2027	TJLP + 3,17%	332	14.835	15.167	13.661	85.304	89.778

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Ijuí Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE – Contratos de compra e venda de energia, CCEAR – Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras).

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

Índice de capitalização $\geq 25\%$

Índice de cobertura de serviço da dívida $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2020 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

(b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020
Moeda nacional									
BNDES	116.419	10.023	(13.293)	(9.710)	103.439	7.958	(6.906)	(4.020)	100.471

- (c) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
14.836	14.836	14.836	14.836	14.836	11.124	85.304

Em 15/05/2020 a empresa aderiu o programa *stanstill* do BNDES que consiste na suspensão temporária por seis meses dos pagamentos de principal e juros.

15 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	675	527
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	390	357
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	163
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	624	573
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	12	235
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	93	14
Outros	139	161
	1.933	2.030

16 Provisões para gastos ambientais

	31/12/2018	Pagamentos	31/12/2019	Pagamentos	31/12/2020
Passivo circulante	745	(20)	725	(19)	706

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

17 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

(A) Perda provável: a Companhia figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:

(i) Demandas trabalhistas: atualmente existe um processo (dois processos em 31 de dezembro de 2019) judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 28 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2019).

	31/12/2018	Ingressos	31/12/2019	Ingressos	Reversão	31/12/2020
Processos judiciais						
Trabalhista	-	95	95	30	(97)	28
	<u>-</u>	<u>95</u>	<u>95</u>	<u>30</u>	<u>(97)</u>	<u>28</u>

(ii) Demandas cíveis: um processo judicial de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 4.169 (o mesmo em 31 de dezembro de 2019)

(iii) Ação Revisional nº 00818741920118190001, proposta pela empresa Naturasul em face da Ijuí Energia S.A., na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 4.169 (o mesmo em 31 de dezembro de 2019).

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas tributárias: atualmente existem seis processos (três processos em 31 de dezembro de 2019) de natureza tributária de valor em risco aproximado em R\$ 395 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda.

(ii) Demandas cíveis: atualmente existem seis processos (oito processos em 31 de dezembro de 2019) de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 374 (R\$ 6.556 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda.

(iii) Demandas trabalhistas: atualmente existem três processos (dois processos em 31 de dezembro de 2019) de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 347 (R\$ 317 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(iv) Demandas arbitrais: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2019).

(v) Demandas ambientais: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2019).

(vi) **Demandas regulatórias:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2019).

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

31/12/2020 e 31/12/2019			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas			
Alupar Investimento S/A	273.064.862	100	-
Fundo de Investimento - FGTS	-	42.041.590	100
Total das ações	273.064.862	42.041.590	100

18.2 Reserva de lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	20.934	21.136
Reserva legal	(1.047)	(1.110)
Subtotal	19.887	20.026
Dividendo mínimo obrigatório	(4.971)	(5.274)
Reserva de lucros	(14.916)	(14.752)
Saldo de lucros acumulados	-	-

19 Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia	65.061	61.367
Ajuste positivo CCEE	1.323	5.227
	66.384	66.594
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(434)	(433)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.005)	(1.998)
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	(1.584)	-
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(605)	(593)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(171)	(159)
	(4.799)	(3.183)
Receita operacional líquida	61.585	63.411

20 Custos e despesas operacionais

		31/12/2020		31/12/2019	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Reapresentado					
Custos não gerenciáveis					
		(2.913)	-	(2.829)	-
		(1.026)	-	(1.722)	-
		(67)	-	(72)	-
		(62)	-	(63)	-
		(4.068)	-	(4.686)	-
Custos gerenciáveis					
		(3.899)	-	(2.269)	-
	22.1	(582)	-	(800)	-
		(3.420)	(1)	(2.775)	-
		(85)	(16)	(78)	(13)
		(1.397)	(1.440)	(1.763)	(1.546)
		-	(57)	-	(192)
		(404)	(9)	(537)	(11)
		(916)	(818)	(1.397)	(847)
	22.1	(1.688)	-	(1.618)	-
		67	-	(95)	-
		(2)	-	(9)	-
		(16)	(13)	-	33
		-	229	-	-
		(12.342)	(2.125)	(11.341)	(2.576)
		(12.285)	(89)	(12.268)	(110)
		(12.285)	(89)	(12.268)	(110)
		(28.695)	(2.214)	(28.295)	(2.686)

21 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.275	2.029
Outros ganhos financeiros	1	-
Total	1.276	2.029
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.958)	(9.674)
Variação monetária	(231)	(349)
Outros	(272)	(583)
Total	(8.461)	(10.606)
Resultado financeiro	(7.185)	(8.577)

22 Partes relacionadas

22.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante			
Fundo de investimento - FI Energia (*)		8.417	8.242
		8.417	8.242
Passivo circulante			
Dividendos declarados aos acionistas		10.245	5.274
Prestação de serviços - AF Energia S.A.		139	133
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		57	82
		11.137	5.489
Passivo não circulante			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		165	232
		165	232
		31/12/2020	31/12/2019
Demonstrações do resultado			
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimento S.A	20	(582)	(800)
Prestação de serviços - AF Energia S.A.	20	(1.688)	(1.618)
Receita de aplicações financeiras - Fundo de investimento - FI Energia (*)		207	420
		- 2.063	- 1.998

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. que é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

22.2 Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/09/27	168.200	100.471

22.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à

Diretoria.

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo (a)	(24)	(154)
Remuneração do conselho	(33)	(38)
Total	(57)	(192)

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

23 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Antes do IR e CS	23.491	23.491	23.853	23.853
Apuração Lucro Presumido				
Faturamento e Ajuste positivo	66.384	66.384	66.594	66.594
Presunção do lucro - 8% / 12%	5.311	7.966	5.328	7.991
Outras Receitas	229	229	-	-
Receita financeira	1.276	1.276	2.029	2.029
Base de cálculo IR e CS	6.816	9.471	7.357	10.020
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	1.680	852	1.814	902
Outros ajustes	17	8	1	-
Total dos tributos correntes	1.697	860	1.815	902
Alíquota efetiva	10,89%		11,39%	

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

24.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	28	28	9	9	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	30.672	30.672	27.731	27.731	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	30.556	30.556	8.242	8.242	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	6.175	6.175	7.088	7.088	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	9.154	9.154	10.086	10.086	-	Custo amortizado
	76.585	76.585	53.156	53.156		
Passivo						
Fornecedores	1.963	1.963	796	796	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	100.471	100.471	103.439	103.439	-	Custo amortizado
Uso do bem público	2.899	2.899	3.014	3.014	-	Custo amortizado
	105.333	105.333	107.249	107.249		

O valor justo de contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público como custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

24.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

24.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência..

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

/

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes

com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		1,69%	2,54%	3,38%	4,23%	5,07%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	30.700	519	778	1.038	1.297	
	Investimentos de curto prazo	CDI	30.556	516	775	1.033	1.291
	Títulos e Valores mobiliários	CDI	6.175	104	157	209	313

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%
BNDES	TJLP +	3,17%	100.471	5.460	6.598	7.735	8.873
				10.011			

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 523 e R\$ 984 no exercício de 2020 e 2019, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	599	18/06/2021
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	234	18/06/2021
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2021
Total	<u>2.073.269</u>	<u>839</u>	

27 Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2021 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019 no valor de R\$ 4.570.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2